

Senado Federal
Comissão Direitos Humanos e Legislação Participativa

**O Relatório da CPI da Previdência e
suas propostas para o Saneamento
da Seguridade**

Brasília, 06 de fevereiro de 2018

Luiz Alberto dos Santos

Consultor Legislativo do Senado Federal

Advogado, Mestre em Administração, Doutor em Ciências Sociais

Professor da EBAPE/FGV e FGV Management

Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Previdência Social - SBPS

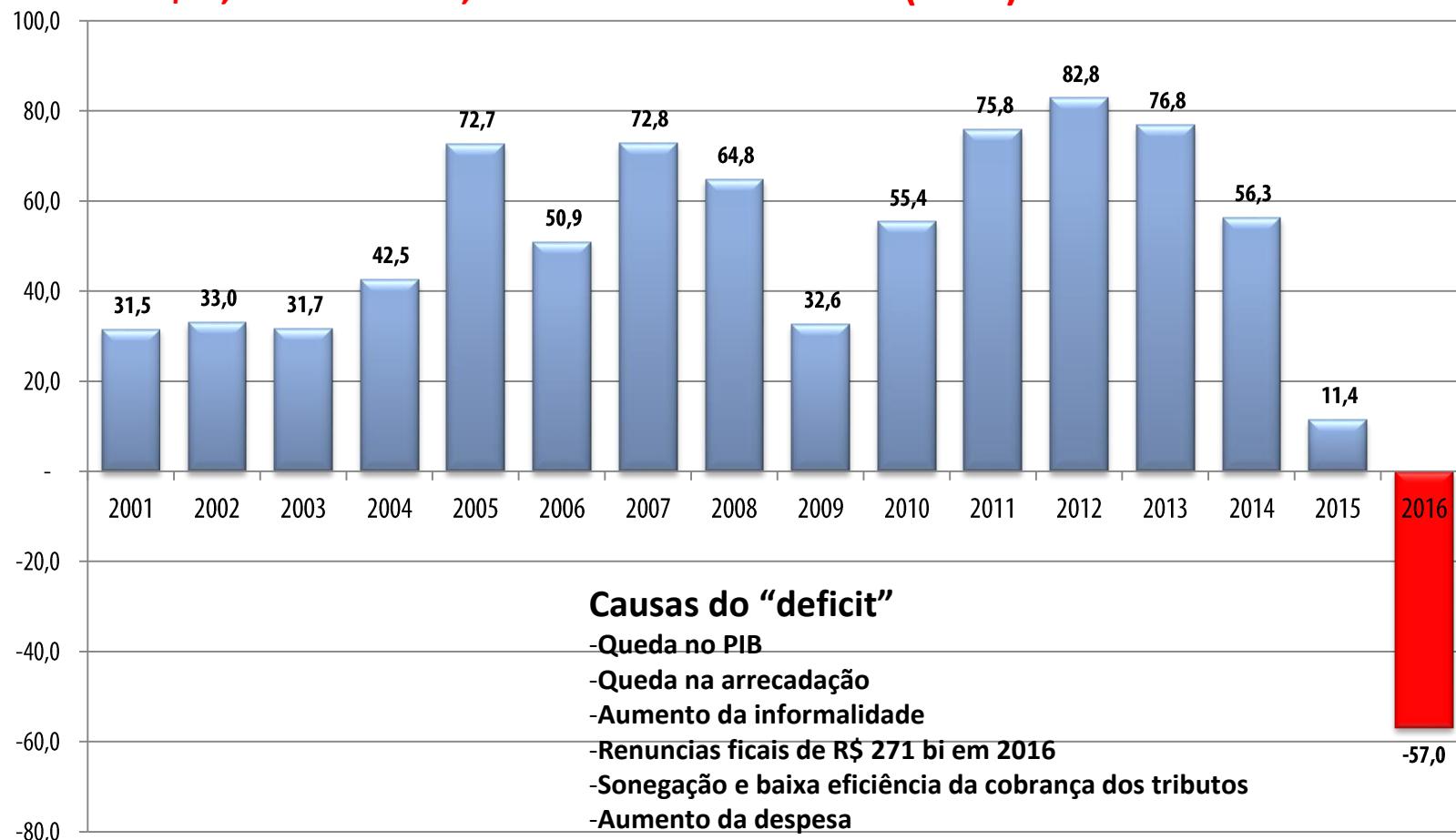
Contexto do Debate

- Evolução histórica da Previdência Social indica **reformismo recorrente** em dois sentidos:
- Benefícios
 - ampliação da cobertura e direitos, seguida de tentativas de redução de direitos/restricções ao acesso e duração dos benefícios
 - criação de mecanismos de inclusão (donas de casa, MEI, segurados especiais)
 - redução de distorções e brechas para direitos sem base contributiva ou desproporcionais ao **princípio da seletividade**
- Custeio:
 - Contribuições **progressivamente elevadas** para fazer frente a despesas
 - **Inadimplência** da União, **sonegação**, desvios e outros problemas agravam situação financeira
 - **Sistema oneroso** para o empregado e o empregador
 - **Compensação entre regimes insuficiente**
 - **Gastos tributários: renúncias e benefícios fiscais oneram fortemente orçamento da seguridade e previdência**

- **Gestão**
 - Ainda vulnerável à **conjunturas adversas**
 - Ainda vulnerável à **má gestão**
 - **Contabilidade confusa**
 - **Estimativas atuariais imprecisas e Estatísticas insuficientes**
 - Encontro de contas: necessidade
- **Reforma trabalhista**
 - Incentivo a relações de trabalho sem vínculo trabalhista
 - Ampliação do uso do Trabalho intermitente e trabalho temporário impactarão negativamente a massa salarial e contribuições previdenciárias
 - Aumento da terceirização impacta negativamente massa salarial e contribuições previdenciárias
 - Pejotização e contratação de autônomos “permanentes” também trarão impactos negativos na arrecadação da previdência
- **PEC 287/2016:**
 - Foco na **redução de direitos** e cobertura da previdência pública – ajuste fiscal.
 - Omissão dos aspectos fiscais (sistema contributivo para o custeio)
- **CPI da Previdência: reformas devem focar na gestão e no custeio.**

Evolução do Resultado da Seguridade Social – sem efeitos da Desvinculação de Recursos da União – 2001-2016 (em bilhões)

**Superávit acumulado: R\$ 734 bilhões
Ou R\$ 1,28 TRILHÕES, EM VALOR CORRIGIDO (2016)**



22/01/2018 às 10h54 32

Déficit da Previdência aumenta para R\$ 268,8 bilhões em 2017

Por Edna Simão | Valor



BRASÍLIA - (Atualizada às 11h58) O déficit da Previdência Social somou R\$ 268,8 bilhões no ano passado, considerando o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e os servidores públicos da União, informou a Secretaria de Previdência, ligada ao Ministério da Fazenda, em relatório divulgado a jornalistas em Brasília nesta segunda-feira. O rombo é o maior desde o início da série histórica, em 1995. Em 2016, o déficit foi de R\$ 226,884 bilhões.

O número de 2017 é resultado de um déficit da Previdência do INSS de R\$ 182,450 bilhões, contra R\$ 149,7 bilhões em 2016, e dos servidores públicos da União de R\$ 86,348 bilhões, frente a R\$ 77,151 bilhões no ano anterior. O secretário da Previdência Social, Marcelo Caetano, destacou que tanto o déficit da INSS quanto o dos servidores públicos são recordes.

Em percentuais do PIB, o déficit do INSS saltou de 2,4% em 2016 para 2,8% no ano passado. Segundo dados da Secretaria de Previdência Social, se considerados os números corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), o resultado negativo do INSS chegou a R\$ 183,923 bilhões em 2017.

A Secretaria de Previdência mostra ainda que o déficit do setor urbano chegou a R\$ 71,709 bilhões e de R\$ 110,740 bilhões no ano passado. Em 2016, o rombo do setor urbano foi de R\$ 46,334 bilhões e do rural, R\$ 103,389 bilhões, em valores não nominais.

Considerando o Regime Próprio dos Servidores Públicos dos servidores civis e regime de militares, o déficit nominal foi de R\$ 86,348 bilhões, sendo R\$ 45,244 bilhões de civis, R\$ 37,684 bilhões dos militares e R\$ 3,420 bilhões de demais.

INSS

Para este ano, a estimativa prevista no orçamento é de um rombo de R\$ 192,842 bilhões no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo Caetano, esse número pode ser revisado, mas não disse se para cima ou para baixo. "São valores que tendem a ter revisão. Mas vão gravitar nessa ordem de grandeza." Caetano ressaltou que o déficit apurado no INSS é um recorde em termos nominal e corrigido.

O secretário defendeu a aprovação da reforma da Previdência Social em meados de fevereiro e destacou que, se for aprovada até março, poderá proporcionar uma redução entre R\$ 5 bilhões e R\$ 6 bilhões do déficit deste ano.

Na avaliação de Caetano, o país ainda tem a chance de fazer uma reforma da Previdência preventiva e evitar situações como Portugal e Grécia, onde os benefícios tiveram que ser reduzidos.

Caetano reforçou que o governo trabalha para aprovação da emenda aglutinativa da reforma da Previdência Social, que já prevê uma mudança da proposta, e que portanto não há compromisso do Executivo com novas alterações.

Urbana e rural

O secretário de Previdência Social afirmou que a tendência é a Previdência urbana continuar deficitária devido ao envelhecimento da população. No ano passado, o rombo do setor urbano de R\$ 71,709 bilhões representou um aumento de 54,7% em relação a 2016.

Caetano explicou que a arrecadação líquida urbana alcançou R\$ 365,484 bilhões, uma alta de 4,4% em relação ao ano passado, acompanhando o desempenho do PIB. Por outro lado, a despesa se expandiu num ritmo maior. Registrhou um aumento de 10,2%, totalizando R\$ 437,194 bilhões.

No caso da previdência rural, cujo déficit foi de R\$ 110,740 bilhões, houve aumento de 7,1% ante 2016. Segundo Caetano, a previdência rural é "estruturalmente deficitária". A arrecadação líquida do rural somou R\$ 9,3 bilhões no ano passado e a despesa R\$ 120,040 bilhões.

Militares

O déficit da Previdência dos militares somou R\$ 37,684 bilhões no ano passado, o que representa um aumento de 10,6% ante resultado de 2016, quando o resultado negativo foi de R\$ 34,069 bilhões.

Apesar do déficit bastante representativo, os militares ficaram de fora da atual proposta de reforma da Previdência Social. A promessa do governo é que o assunto será encaminhado após a aprovação das mudanças no INSS e no serviço público.

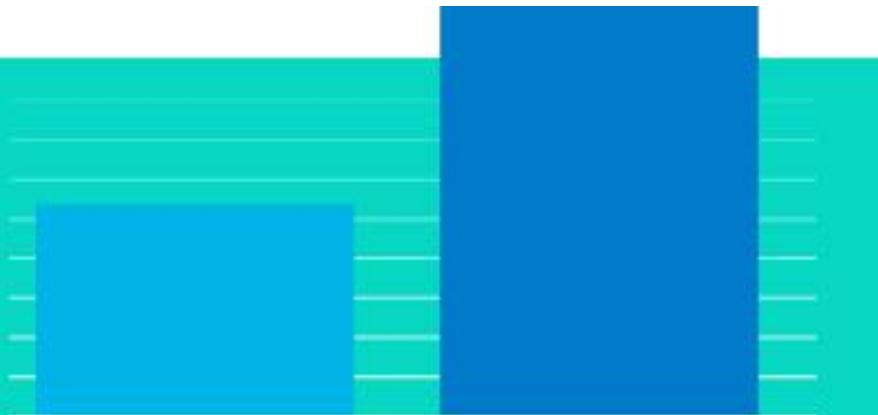
REFORMAR PARA GARANTIR O AMANHÃ

Rombo da Previdência
não para de crescer e se
aproxima dos R\$ 300 bilhões

34 2
MILHÕES }

Esse é o total de benefícios pagos pela
Previdência **apenas em agosto de 2017**

FONTE: SECRETARIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL



2017

**R\$ 227
BILHÕES**

**R\$ 263
BILHÕES***

* PROJEÇÃO PARA O ANO

[f COMPARTILHAR](#)[t TWEETAR](#)

R7 NOTÍCIAS

APOSENTADORIA

Especialistas: rombo da Previdência foi 'manipulado' por reforma

Ministério da Fazenda revelou que o sistema de aposentadorias atingiu déficit de R\$ 268,79 bilhões em 2017

ECONOMIA | Alexandre Garcia e Juliana Moraes, do R7 | 23/01/2018 - 05H01

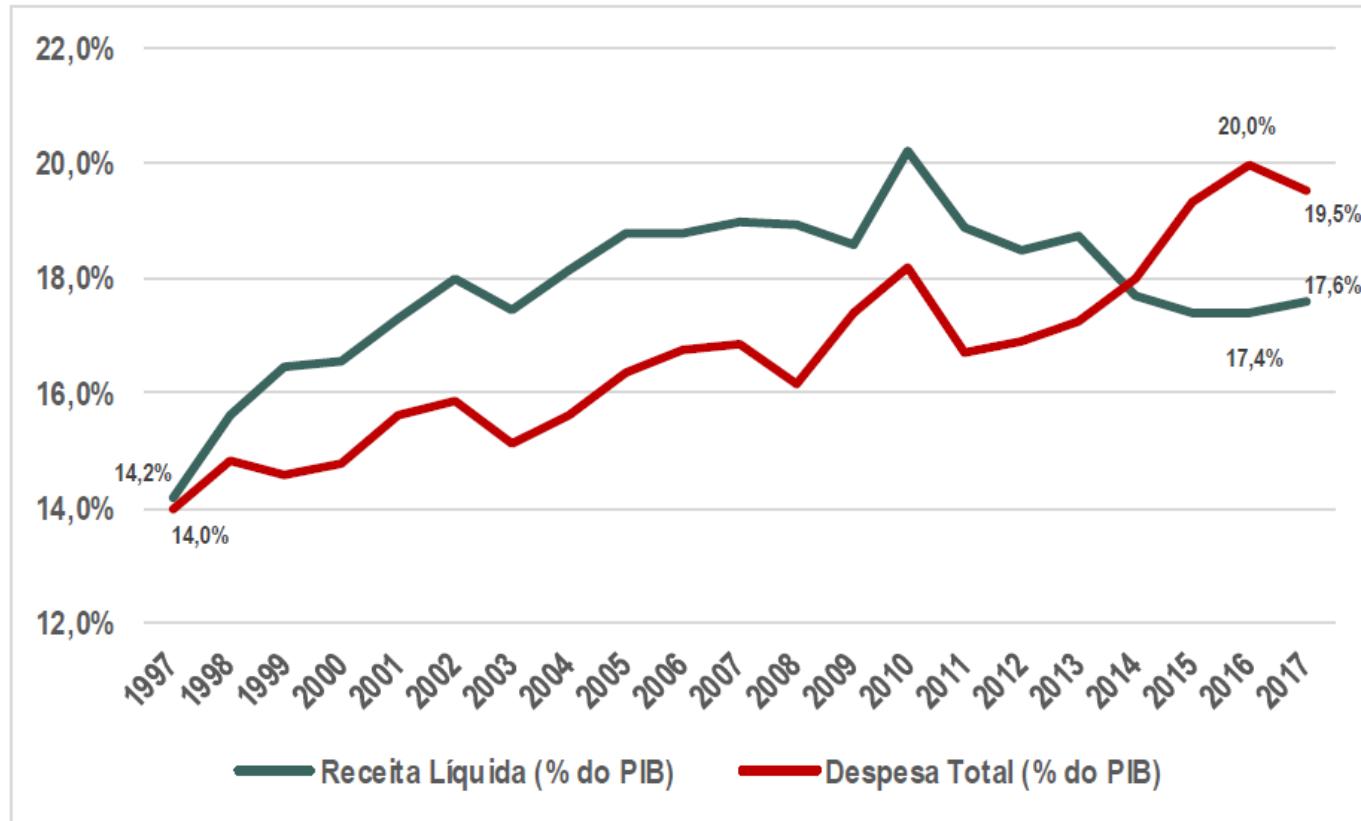
- O **rombo 18,47% maior da Previdência Social** no ano passado pode ter sido resultado de uma "manipulação" do governo para tentar aprovar uma reforma no sistema de aposentadorias do País, segundo especialistas do setor ouvidos pelo R7.
- De acordo com informações divulgadas nesta segunda-feira (22) pelo Ministério da Fazenda, o **déficit da Previdência somou R\$ 268,79 bilhões em 2017**, contra R\$ 226,88 bilhões do ano anterior.
- Para o professor de economia da UnB (Universidade de Brasília) Roberto Piscitelli, o número "astronômico" divulgado pelo governo tem a finalidade de "causar impacto na sociedade" e "constranger parlamentares" para que seja aprovada a reforma do sistema de aposentadorias em tramitação no Congresso.
- Eu entendo que esse número é falso, manipulado e não corresponde à realidade porque mistura coisas totalmente diferentes, coloca tudo no mesmo saco e divulga esse número astronômico que causa, evidentemente, um forte impacto na sociedade.

EM CAD
UMA AL
EM CAD
UM CAR



Evolução de Receita Líquida e Despesas do Governo Central

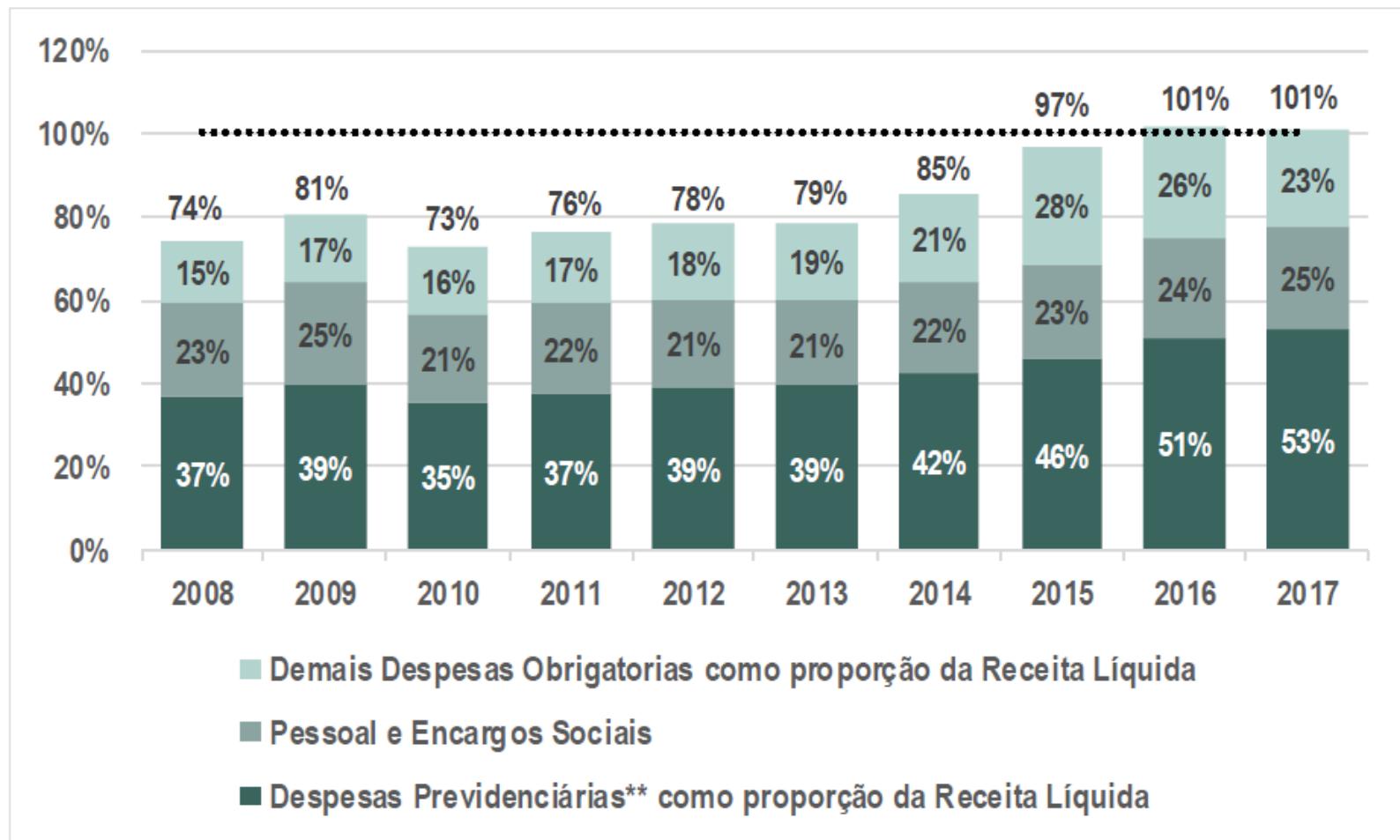
Receita Líquida e Despesa Total do Governo Central
Brasil – 1997 a 2017 – % do PIB



Fonte: Tesouro Nacional

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas Obrigatórias* como proporção da Receita Líquida
Brasil 2008 a 2017



*Despesas obrigatórias incluem despesas com controle de fluxo obrigatórias.

**Despesas previdenciárias incluem despesas do RGPS e LOAS/RMV.

Fonte: Tesouro Nacional

Brasil – 2016/2017 – R\$ Milhões – Preços Correntes

Transferências e despesas primárias do Governo Central, apuradas pelo critério de "valor pago"				
Discriminação	Jan-Dez		Variação Nominal %	
	2016	2017		
I. DESPESA TOTAL	1.258.096	1.281.216	1,8%	
I.1 Benefícios Previdenciários	520.764	558.296	7,2%	
I.2 Pessoal e Encargos Sociais	258.577	284.078	9,9%	
I.3 Outras Despesas Obrigatórias	214.495	197.906	-7,7%	
I.4 Despesas com Controle de Fluxo do Poder Executivo	264.261	240.936	-8,8%	
II. DESPESAS NÃO INCLUÍDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016	45.037	30.337	-32,6%	
Fundeb (complementação União)	13.675	13.071	-4,4%	
FCDF	12.027	12.767	6,2%	
Créditos extraordinários	12.116	1.028	-91,5%	
Despesas não recorrentes da Justiça eleitoral com a realização de eleições	669	153	-77,1%	
Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes	6.549	3.318	-90,7%	
III. TRANSFERÊNCIAS INCLUÍDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016	7.670	8.202	6,9%	
TOTAL DAS DESPESAS E TRANSFERÊNCIAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 (I - II + III)	1.220.729	1.259.082	3,1%	

Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central Brasil – 2016/2017 – Valores Nominais

R\$ Milhões

Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2016/2017

Discriminação	Jan-Dez		Variação (2017/2016)		Dezembro		Variação (2017/2016)	
	2016	2017	% Nominal	% Real (IPCA)	2016	2017	% Nominal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	1.314.953	1.383.082	5,2%	1,6%	128.655	151.626	17,9%	14,5%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	226.835	228.475	0,7%	-2,5%	34.738	24.948	-28,2%	-30,2%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II)	1.088.118	1.154.607	6,1%	2,5%	93.918	126.678	34,9%	31,0%
IV. DESPESA TOTAL	1.249.393	1.279.008	2,4%	-1,0%	156.364	147.847	-5,4%	-8,2%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0	0	-	-	0	0	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-161.276	-124.401	-22,9%	-24,8%	-62.447	-21.168	-66,1%	-67,1%
Tesouro Nacional e Banco Central	-11.542	58.049	-	-	-55.575	-11.485	-79,3%	-79,9%
Previdência Social (RGPS)	-149.734	-182.450	21,8%	18,1%	-6.872	-9.684	40,9%	36,9%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-2,6%	-1,9%	-	-	-	-	-	-

Memorando 1:

Resultado do Tesouro Nacional	-10.570	58.810	-	-	-55.498	-11.445	-79,4%	-80,0%
Resultado do Banco Central	-972	-761	-21,7%	-24,1%	-76	-40	-47,8%	-49,3%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-149.734	-182.450	21,8%	18,1%	-6.872	-9.684	40,9%	36,9%

Fonte: Tesouro Nacional

Governo não sabe se metade dos programas de subsídio dão resultado

Mais da metade dos benefícios tributários concedidos pelo governo federal via renúncia de impostos não tem o acompanhamento de nenhum órgão gestor.

Criados via projetos de lei que passaram pelo Congresso, esses benefícios atendem a setores, regiões, categorias empresariais ou mesmo pessoas físicas e consumiram o equivalente a 4,1% do PIB no ano passado (R\$ 275 bilhões).

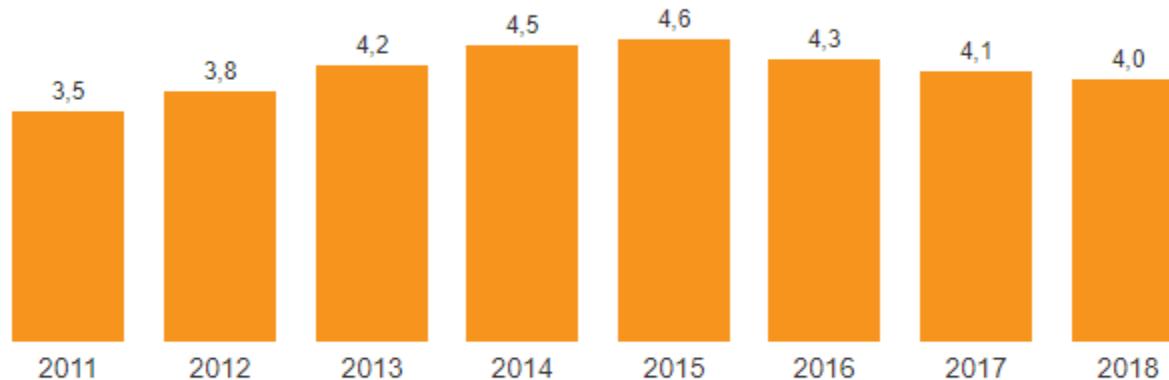
A previsão do governo é abrir mão de outros R\$ 283 bilhões com renúncias de impostos neste ano com os chamados gastos tributários.

Um pente-fino feito pelo TCU (Tribunal de Contas da União) mostra que oito em cada dez desses programas não têm data para acabar -e que 53% não têm gestor responsável.

O resultado é um baixo controle sobre a efetividade das políticas que motivaram a renúncia de impostos.

RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

Em % do PIB



2018: Projeção é que o governo abra mão de R\$ 283 bi em impostos para beneficiar empresas, setores e pessoas físicas

*Previsão no Orçamento Fonte: Elaboração TCU com base em dados da Receita Federal

- TCU: A maioria dos benefícios tributários concedidos pelo Governo Federal via renúncia fiscal não possui qualquer tipo de acompanhamento pelos órgãos públicos
- oito em cada 10 desses programas não têm data para acabar e 53% não têm gestor responsável.
- Incentivos fiscais foram de aproximadamente R\$ 275 bilhões de reais em 2017, pouco mais de 4% do Produto Interno Bruto – PIB brasileiro.
- Maior problema dos incentivos está nos programas sem gestores.
- “Se não há acompanhamento do gestor não faz sentido. Não haverá avaliação de impacto, nem saberemos se estão dando certo” (Leonardo Albernaz, secretário de macroavaliação governamental do TCU)

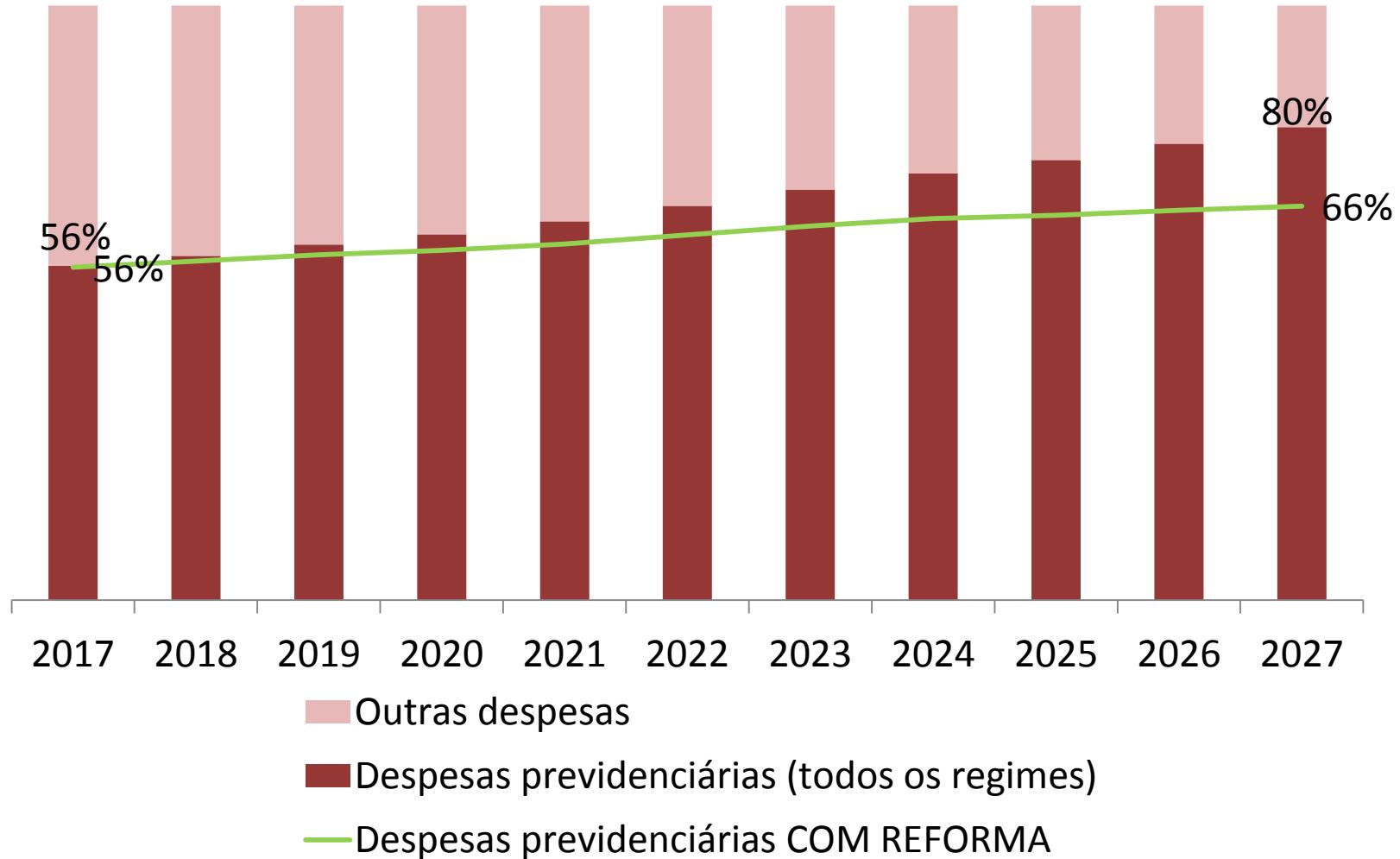
Renúncia Fiscal Previdenciária

ANO	Desone- ração da Folha	Simples Nacional	Filantró- picas	Export. Rural	MEI	OLIMP.	Donas de Casa	TOTAL
2015	25.199	22.495	11.170	5.941	1.404	60	217	66.486
2016	14.547	23.282	11.562	6.040	1.676	331	225	57.663
2017	13.712	24.181	12.008	5.534	1.741	24	234	57.434
2018*	14.771	26.437	11.069	5.996	1.838	0	237	60.348
TOTAL	68.229	96.395	45.809	23.511	6.659	415	913	241.931

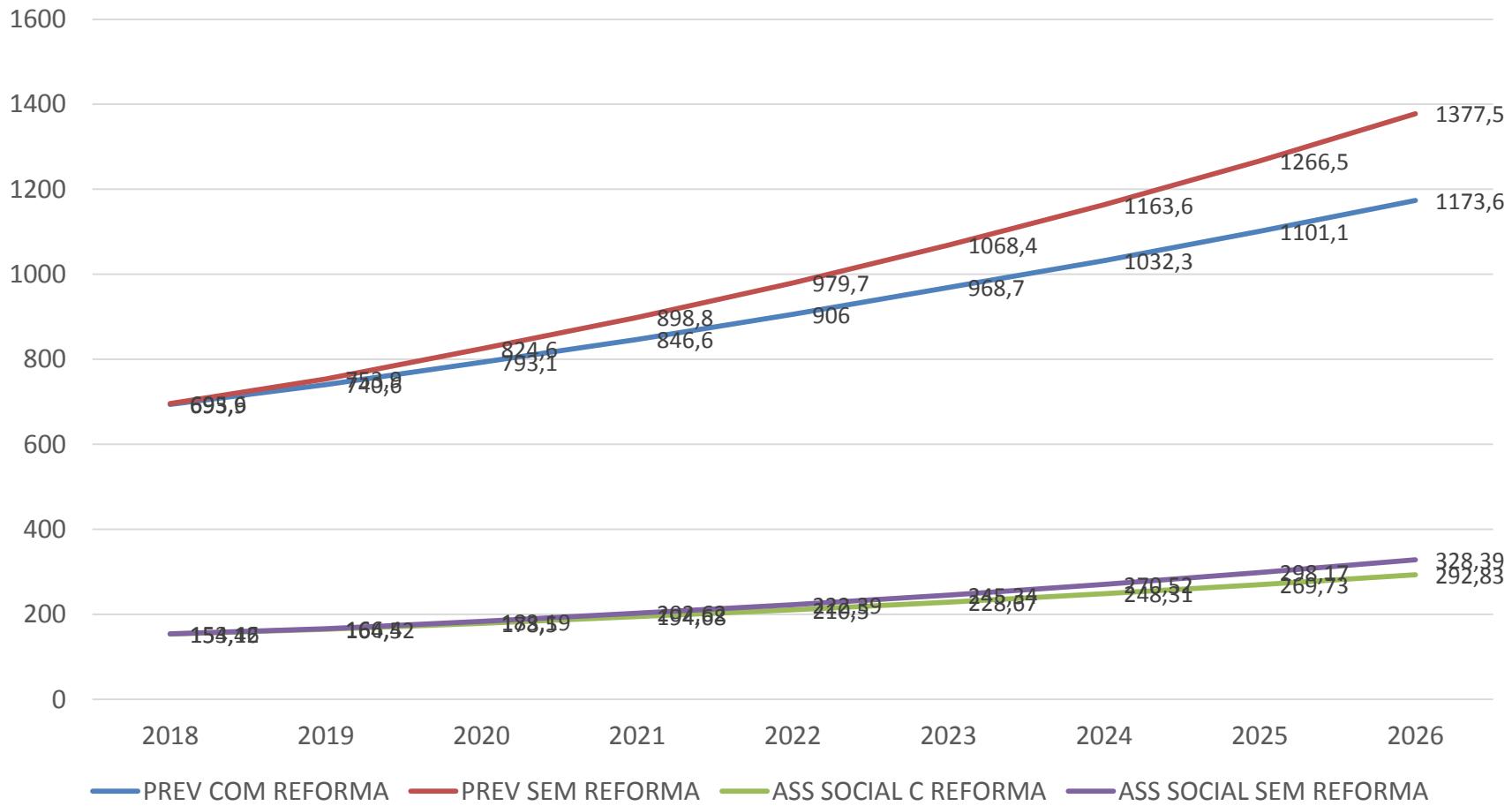
* Estimativa; Em milhões de R\$

Fonte: STN/MF – Relatório Resumido da Execução Orçamentaria – dez 2017

A EC 95 e a Despesa com a Previdência Social



Despesa Previdenciária e Assistencial 2018-2026 – Com reforma e sem reforma – em R\$ bilhões



Fonte: Ministério da Fazenda - Nota Técnica nº 32 - Brasília, 11 de maio de 2017

Achados e conclusões da CPI

“Em suma, do ponto de vista financeiro, a atuação do Estado na previdência é marcada por seis tipos de postura negativa:

- (i) uma reduzida e errática participação contributiva nos termos do pacto tripartite (trabalhadores, empresas e Estado);*
- (ii) a utilização dos recursos do fundo previdenciário para políticas de construção de grandes obras sem o devido retorno financeiro;*
- (iii) a destinação de recursos previdenciários para outros gastos de interesse do governo mediante a aplicação de mecanismos como a DRU;*
- (iv) a leniência para com as empresas devedoras;*
- (v) o acúmulo de débitos previdenciários por parte das próprias empresas públicas; e finalmente;*
- (vi) descumprimento do preceito constitucional em relação a muitas empresas que são devedoras da previdência, que apesar de sua condição de inadimplência, têm tido acesso a programas governamentais de crédito, benefícios fiscais, isenções, entre outros (art. 195, §3º).”*

- “Tecnicamente, é possível afirmar com convicção que **inexiste déficit da Previdência Social ou da Seguridade Social**, e que o eventual resultado negativo deve ser observado sobre o prisma do conjunto agregado das contas públicas, que poderá resultar em déficit ou superávit a depender do comportamento da arrecadação e da administração das despesas em um determinado exercício fiscal.
- Nesta ótica, são absolutamente imprecisos, inconsistentes e alarmistas, os argumentos reunidos pelo Governo Federal sobre a contabilidade da Previdência Social, cujo objetivo é aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 287, de 2016.”

“A solução para o aumento da expectativa de vida não está na redução pura e simples de direitos, ou na visão pessimista de que uma maior proporção de idosos é um problema a ser enfrentado. O remédio, dentre outras medidas, está:

- 1) na inclusão previdenciária, para que mais trabalhadores passem a contribuir, reduzindo-se a informalidade;*
- 2) no aumento na geração de empregos e da atividade econômica, que possibilite aos jovens inserção produtiva na economia;*
- 3) na superação das barreiras educacional, digital e tecnológica, entre outras, que impedem ganhos de produtividade na economia do Brasil, e;*
- 4) ampliação da base de financiamento com maior solidariedade e sustentabilidade no custeio.”*

Desvios históricos da receita previdenciária

“Em 1999, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizou um estudo, identificando que, do início da década de 1960, quando ocorreu a unificação dos institutos de previdência, até 1996, a previdência social brasileira destinou mais de R\$ 400 bilhões a finalidades estranhas a sua função(1).

*Esse valor, corrigido pela variação do IPCA, e se capitalizado a juros de 6% ao ano, corresponderia a, pelo menos, **R\$ 5,2 trilhões em janeiro de 2017.***

*Estudo apresentado pela Dra. Eli Iolla Gurgel Andrade a esta CPI, fruto de sua Tese de Doutorado (2), aponta que, no período 1945-1980, a previdência acumulou um superávit, em valores de 1997, capitalizados à mesma taxa, da ordem de R\$ 598,7 bilhões. Esse montante, se atualizado, se continuasse sendo capitalizado a essa mesma taxa, e corrigido pelo IPCA **corresponderia em agosto de 2017 a R\$ 8,25 trilhões.***

A canalização de recursos da receita previdenciária para despesas que deveriam ser custeadas com recursos orçamentários não vinculados beneficiou a sociedade como um todo, uma vez que grande parte desses recursos foi utilizada em obras de infraestrutura e investimento pelo Governo Federal.

Assim, qualquer insuficiência sazonal ou estrutural de recursos necessários à satisfação da despesa previdenciária não pode ser suportada exclusivamente pelos segurados e beneficiários do RGPS.”

(1) GOBETTI, Sérgio. História da Previdência: Desvios somam R\$ 400 bilhões em 33 anos. Zero Hora, 24.10.1999.

(2) ANDRADE, Eli Gurgel. (Des)Equilíbrio da Previdência Social Brasileira 1945 – 1997 (componentes econômico, demográfico e institucional). Tese de Doutorado apresentada ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Abril de 1999, p. 134.

Sonegação

ANO	Massa Salarial RAIS	Contribuição Previdenciária do Empregado - CPE DEVIDA (8 a 11%)	Contribuição Previdenciária do Empregado - CPE REPASSADA à União	CPE APROPRIADA INDEVIDAMENTE	INEFICIÊNCIA ARRECADATÓRIA
2012	861.100.287.765,78	68.364.939.730,75	53.157.676.574,00	15.207.263.156,75	22,24%
2013	968.236.418.529,06	77.091.847.838,47	55.536.464.543,00	21.555.383.295,47	27,96%
2014	1.071.703.603.061,28	85.645.086.044,11	60.697.931.443,00	24.947.154.601,11	29,13%
2015	1.465.572.786.052,32	131.901.550.744,71	84.977.104.020,20	46.924.446.724,51	35,58%
TOTAL		363.003.424.358,04	254.369.176.580,20	108.634.247.777,84	28,73%

ANO	Expectativa de Formalização de Vínculos (16milhões)	
	Arrecadação CPE	Arrecadação FGTS
2012	R\$ 93.347.318.292,06	R\$ 33.944.479.378,93
2013	R\$ 96.440.960.000,00	R\$ 33.945.856.000,00
2014	R\$ 97.517.728.000,00	R\$ 33.945.856.000,00
2015	R\$ 97.190.016.000,00	R\$ 33.945.856.000,00
Tota	384.496.022.292,06	135.782.047.378,93
Tota Geral	520.278.069.670,99	

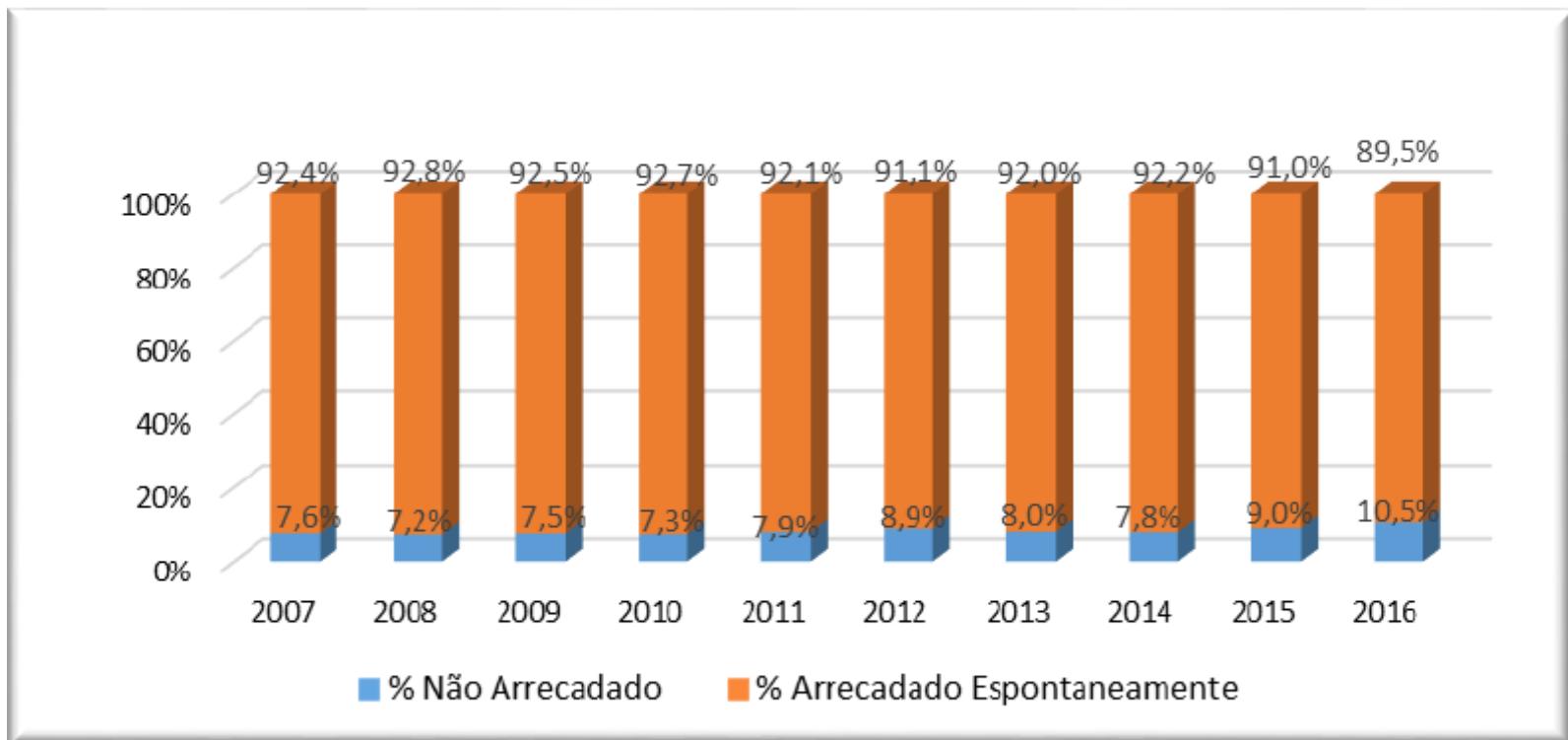
Fonte: SINAIT

SINPROFAZ (2016)

CPRGPS: Sonegação de R\$ 109 BI (27,8% do total da arrecadação = 76% das NFRGPS)
 COFINS: R\$ 45,2 bi; CSLL: R\$ 17 bi ; PIS/PASEP: R\$ 12 bi

Inadimplência

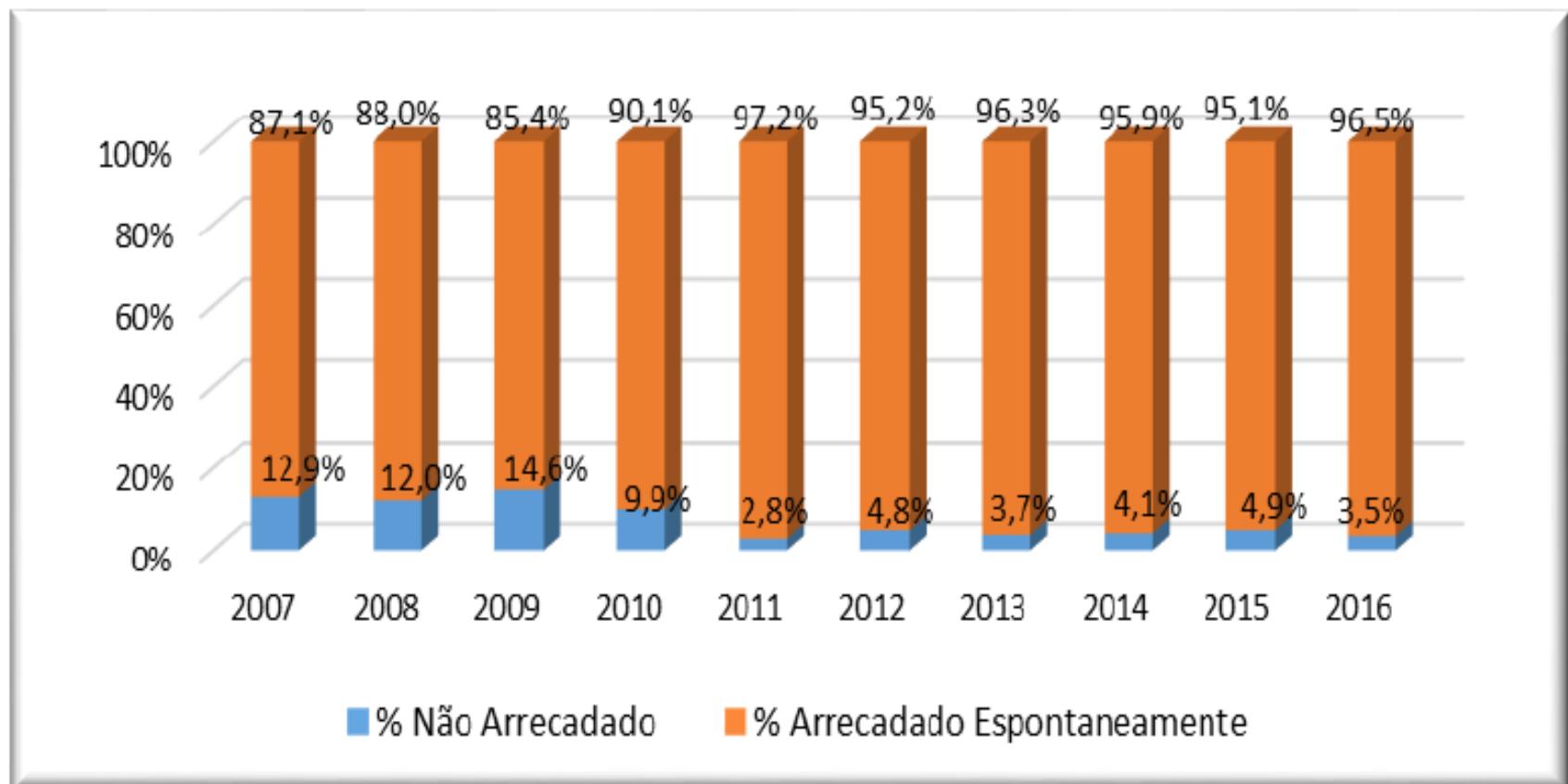
TCU - Inadimplência das contribuições previdenciárias (2007-2016)





SBPS
SOCIEDADE BRASILEIRA
DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

TCU - Inadimplência da Cofins, CSLL e PIS/PASEP (2007-2016)



Execução Fiscal

- Dívida ativa inscrita da ordem de R\$ 450 bilhões
- Morosidade e baixa eficiência na cobrança
- Judicialização elevada
- Elevada “confusão” entre dívidas em execução e compensações não efetivadas
- Vantagens financeiras em questionar dívidas
- Prescrição em cinco anos

Propostas da CPI

O QUE FAZER ENTÃO?

O relatório da CPI identificou que o problema da Previdência é de

- gestão;
- arrecadação;
- fiscalização;
- sonegação;
- corrupção;
- desonerações;
- desvinculações de receita.

O relatório da CPI identificou que é preciso

- cobrar os grandes devedores;
- acabar com o REFIS;
- acabar com a DRU;
- acabar com a apropriação indébita = cadeia.

O dinheiro da Previdência tem que ficar na Previdência para beneficiar aqueles que contribuíram durante anos, ou seja, o povo trabalhador brasileiro, os aposentados e pensionistas.





- Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que impeça que o governo federal retire recursos da Previdência utilizando o instrumento perverso da Desvinculação das Receitas da União – DRU, que tanto tem drenado os preciosos recursos do sistema previdenciário.
- Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que consolide a competência da Justiça do Trabalho para a efetiva cobrança das contribuições previdenciárias não recolhidas durante o vínculo empregatício.
- Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para recriar o Conselho Nacional de Seguridade Social, que participará da formulação e fiscalização da proposta orçamentária da Seguridade e determinar a não aplicação da DRU nas receitas da seguridade social.
- Projeto de Lei do Senado (PLS) que permite a flutuação da alíquota de contribuição das empresas: essa alíquota poderá aumentar em um ponto percentual sempre que a empresa reduzir em 5% ou mais seu quadro de pessoal; ou a alíquota poderá ser reduzida sempre que a empresa aumentar em 5% ou mais seu quadro de pessoal.
- Projeto de Lei do Senado (PLS) que retira do ordenamento jurídico brasileiro a possibilidade de extinção de punibilidade para os crimes contra a ordem tributária, que atualmente ocorre com o pagamento do tributo devido.



- ✓ PEC para restabelecimento da cobertura do RGPS em 10 sm
- ✓ PEC para fixação de prazo de decadência/prescrição igual a carência da aposentadoria (mínimo de 15 anos)
- ✓ PEC para determinar auditoria da dívida pública e da seguridade social
- ✓ Reforma da legislação sobre execução da dívida ativa (Projeto de Lei nº 5.080, de 2009)
- ✓ Novas regras para anistia, remissão e parcelamento - extinção dos parcelamentos de dívidas com perdão de multas e juros
- ✓ Avaliação de incentivos e renúncias fiscais como SIMPLES à luz de seus impactos e benefícios
- ✓ Revisão dos modelos atuariais utilizados para projeções no RGPS e RPPS
- ✓ Combate permanente a fraudes e crimes contra a previdência, nos moldes da ENCCLA
- ✓ Reestruturação e fortalecimento da Auditoria Fiscal, PGFN e INSS
- ✓ **Aparelhamento e fortalecimento dos órgãos responsáveis pelo Processo Administrativo Fiscal - CARF (julgamento dos recursos em processo administrativo fiscal)**

O discurso diversionista

- Tentativa de manipulação da opinião pública
- Propaganda mentirosa
- Falseamento de dados
 - “É uma *Mini-reforma*”
 - “Governo fez muitas concessões”
 - “Apenas 4 pontos foram mantidos”
 - “PEC terá impactos reduzidos”
 - “É um remendo, e terá que ser feita outra reforma em 5 anos”
 - “Só os privilegiados (quem ganha muito e trabalha pouco) serão afetados”



Nova Reforma da Previdência afetaria só 35% dos trabalhadores

Estudo mostra que, pelas novas regras, 65% dos aposentados não teriam sentido mudança no momento da concessão do benefício

Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli / BRASÍLIA, O Estado de S. Paulo
26 Novembro 2017 | 21h46

BRASÍLIA - Se a nova versão da reforma previdenciária, mais enxuta, já estivesse em vigor, não teria afetado cerca de dois terços (65,4%) dos beneficiários da Previdência no momento da concessão das aposentadorias ou pensões. O cálculo foi feito pelo consultor do Senado Pedro Nery. O economista usou como base os dados sobre o perfil de quem já está aposentado ou recebe outro benefício previdenciário.

O quadro mostra, portanto, que a grande maioria da população não seria atingida pelas mudanças que o governo tenta aprovar no Congresso Nacional na primeira semana de Os principais afetados pelo projeto de reforma são os servidores públicos federais e os homens que se aposentam por tempo de contribuição, sem necessidade, hoje, de atingir uma idade mínima. "São justamente os que recebem os benefícios de maior valor, embora representem um contingente pequeno da população", diz Nery.

Segundo o estudo, 15,8% dos atuais beneficiários se aposentaram por tempo de contribuição antes dos 53 anos (mulheres) e 55 anos (homens). Essas serão as idades mínimas iniciais de transição, caso a reforma seja aprovada, o que impedirá novos pedidos de aposentadoria de pessoas mais novas.

O total de atingidos ainda pode diminuir, porque os Estados e municípios terão prazo de até seis meses para propor regras diferentes a seus servidores, se desejarem. As alterações terão de ser aprovadas pelos Legislativos locais. Até lá, ficam valendo as regras da reforma federal.

SIGA O ESTADÃO



PUBLICIDADE



PUBLICIDADE

BRASIL GOVERNO FEDERAL

Proporção do total dos aposentados do País

AFETADOS
34,6%

NÃO AFETADOS
65,4%

AEPS DEZ 2015:
APOSENTADORIAS URBANAS EMITIDAS: 11,7 MILHÕES
Aposentadorias urbanas por idade emitidas no valor de 1 SM = 2,44 MILHÕES (20,8%)

<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,nova-previdencia-afetaria-so-35-dos-trabalhadores,70002098203>

Aposentados por tempo de contribuição antes de 55/53 anos

15,8%

Mulheres aposentadas por idade (urbano)

9,6%

Servidores - Estados e Municípios

Servidores - União

2,2%

Rurais

23,6%

Benefício de Prestação Continuada (BPC)

17,1%

Aposentados por invalidez

12,1%

Aposentados por tempo de contribuição depois de 55/53 anos

6,2%

Homens aposentados por idade (urbano)

5%

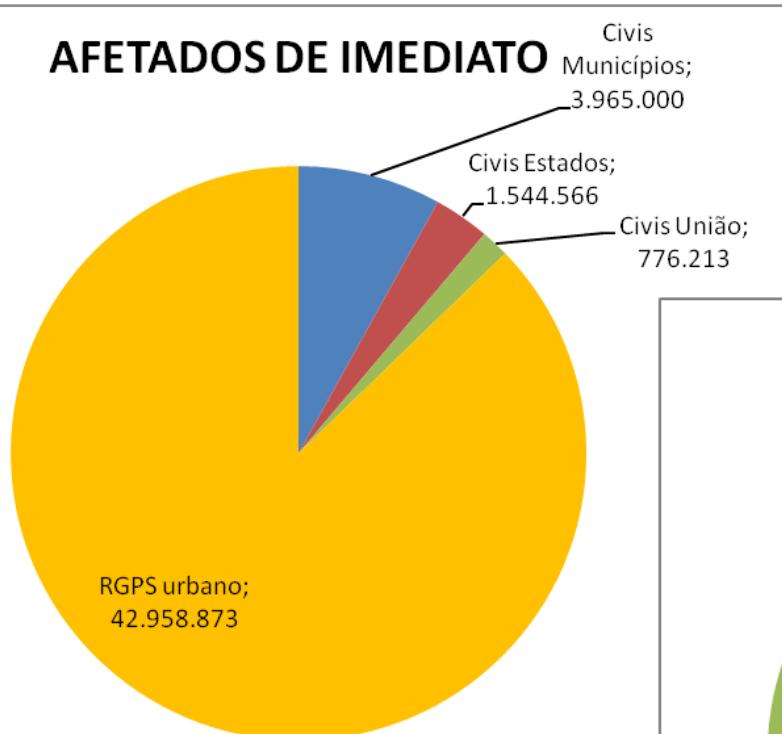
Policiais e bombeiros militares - Estados

0,8%

Militares das Forças Armadas

0,6%

Quem será ou não afetado pela Emenda



45.279.652



9.293.515

A reação do mercado e busca de alternativas

- Dificuldades da aprovação e manifestações do Presidente geraram reação do mercado: queda das bolsas; valorização do dolar
- Governo busca uma solução política para votar a Reforma
- Dificuldades de apoio na “base” x barganhas intensificadas
- O “cerco aos privilégios”: manipulando a opinião pública
 - manutenção das regras da PEC e Substitutivo da Comissão sobre servidores públicos
 - Aposentadoria Com integralidade e paridade: só quem ingressou até 31.12.2003, com Idade mínima de 62/65 anos; 30/35 anos de contribuição; 20 anos serviço público + 5 no cargo
 - Sem integralidade e paridade:
 - para quem ingressou de 17.12.1998 até promulgação da Emenda: idade 55/60; 30/35 anos de contribuição; 20 anos de SP + 5 no cargo; reajuste pelo INPC; cálculo proporcional ou pela média (até 2003)
 - Para quem ingressou até 16.12.1998: redução da idade para quem contribuir mais que 30/35 anos; reajuste pelo INPC; cálculo pela média
 - ~~Contribuição previdenciária adicional para “ajuste” do custeio~~
 - Previdência complementar obrigatória: prazo de 2 anos para implementação

Prognóstico...

- A aprovação da PEC 287/2016 é, apesar da expressiva base de sustentação do Governo na Câmara dos Deputados, incerta...
- Forte campanha na mídia: programas de auditório; entrevistas; apelo ao apoio empresarial.
- **Baixa popularidade do Governo: complicador**
- Partidos importantes da Base aliada declaram votos contrários à PEC ou “jogam a toalha”
- **Mudanças não foram suficientes para apaziguar pressões políticas por amenização da PEC**
- **Votação prevista (após adiamentos) para segunda quinzena de fevereiro de 2018**
- O Governo apela, nesse momento, a pressões envolvendo nomeações para cargos no Governo, pagamento de emendas e restos a pagar (30 bilhões), financiamentos a Estados e Municípios
- **No Senado, o ambiente atual é mais hostil do que na Câmara e tende a modificar o texto que for enviado, se aprovado.**

71% dos brasileiros são contra reforma da Previdência, mostra Datafolha

01/05/2017 02h00

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/05/1880026-71-dos-brasileiros-sao-contra-reforma-da-previdencia-mostra-datafolha.shtml>

Sete em cada dez brasileiros se dizem contrários à reforma da Previdência, mostra pesquisa realizada pelo Datafolha. A rejeição chega a 83% entre os funcionários públicos, que representam 6% da amostra e estão entre os grupos mais ameaçados pelas mudanças nas regras para aposentadorias e pensões.

Há maioria antirreforma entre todos os grupos sociodemográficos, e a taxa cresce entre mulheres (73%), brasileiros que ganham entre 2 e 5 salários mínimos (74%), jovens de 25 a 34 anos (76%) e os com ensino superior (76%).

O Datafolha fez 2.781 entrevistas em 172 municípios na quarta (26) e na quinta (27), antes das manifestações ocorridas na última sexta-feira (28). A margem de erro é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos.

Apesar da rejeição à ideia de mudanças, a maioria dos entrevistados concorda com tópicos que o governo pretendia mudar na proposta inicial e outros que ainda estão em discussão no Congresso.

MENOS DIFERENÇAS

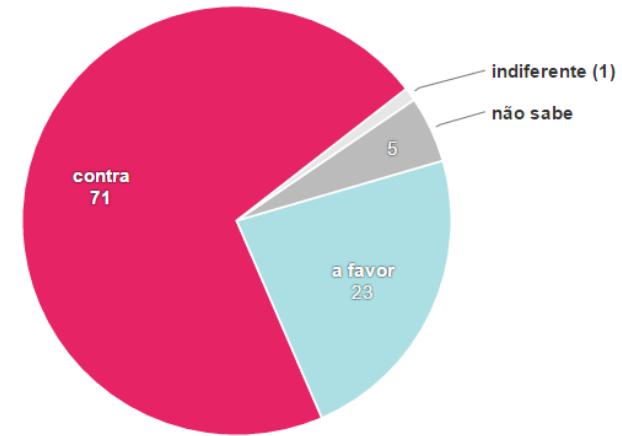
É o caso, por exemplo, das regras especiais que permitem aos professores se aposentar cinco anos mais cedo do que outros trabalhadores.

A proposta original do governo previa que os requisitos para aposentadoria seriam os mesmos para todas as profissões, gêneros e setor de trabalho, com exceção de policiais militares dos Estados e membros das Forças Armadas.

A proposta foi alterada pelo relator da reforma na Câmara, Arthur Maia (PPS-BA). Na versão que os deputados debatem, professores e policiais mantêm condições mais favoráveis de aposentadoria.

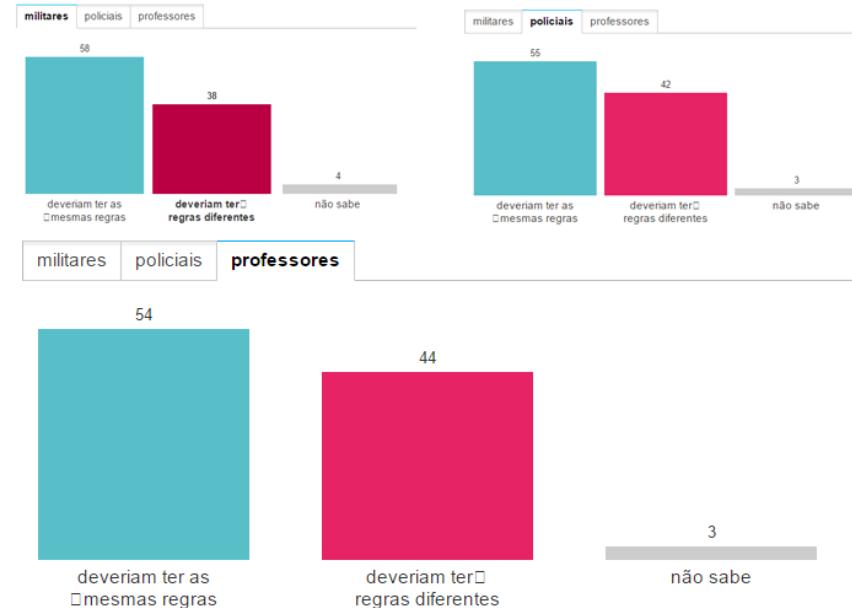
MAIORIA É CONTRÁRIA À REFORMA

Em %



MAIORIA É CONTRA REGRAS DIFERENCIADAS PARA SERVIDORES

Em %



Fonte: Pesquisa realizada pelo Datafolha em 26 e 27 de abril, com 2.781 entrevistas em 172 municípios, e margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos
Confira mais infográficos da Folha

Pesquisa CUT/Vox Populi (nov 2017)



SBPS

SOCIEDADE BRASILEIRA
DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Pesquisa realizada entre os dias 27 e 31 de outubro.

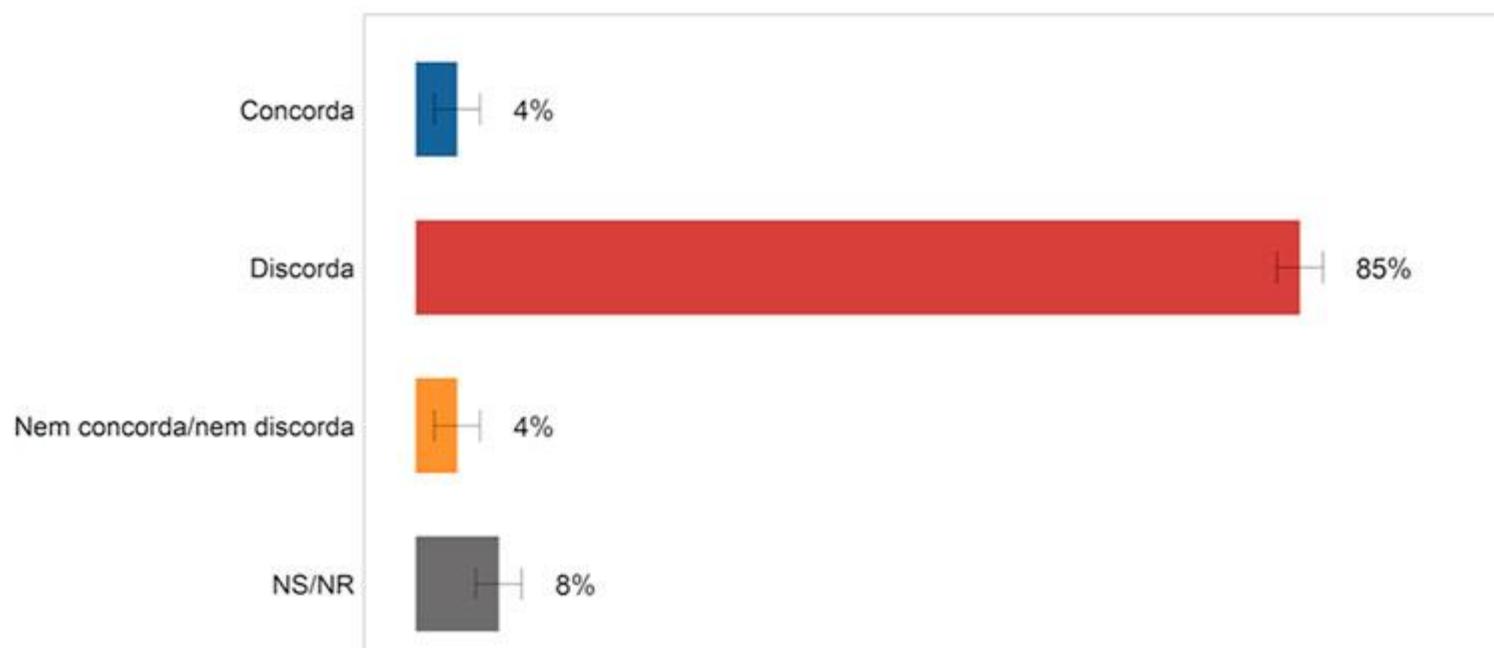
Amostragem de 118 municípios e 2 mil pessoas maiores de 16 anos.

moradores de áreas urbanas e rurais de todos os estados e do Distrito

Federal, pertencentes a todos os segmentos sociais e econômicos.

A margem de erro é de 2,2%, estimada em um intervalo de confiança de 95%.

Você concorda com a proposta de Temer de reforma da previdência ou discorda dela?

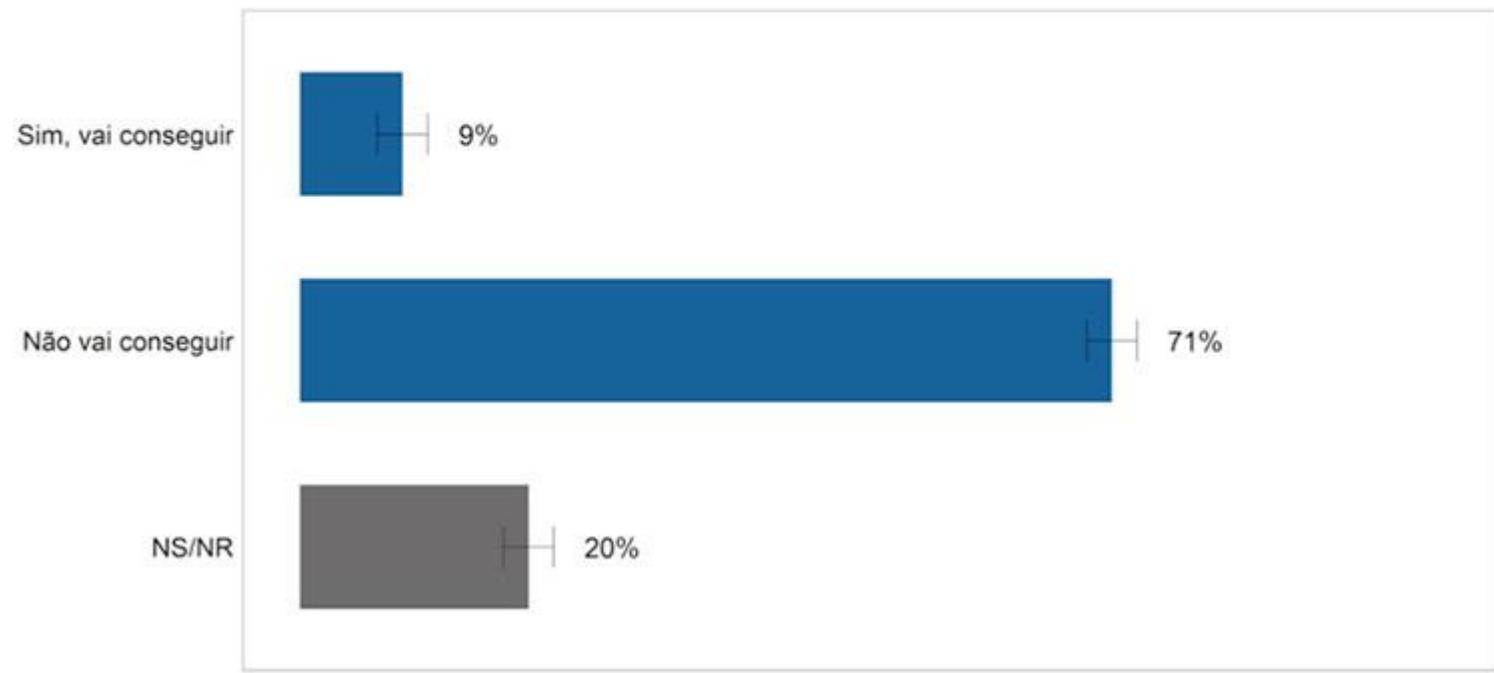




SBPS

SOCIEDADE BRASILEIRA
DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Você acha que vai conseguir se aposentar se a reforma da previdência for aprovada?



Moreira Franco: Ibope mostra que 44% se dizem contra reforma da Previdência

Segundo o ministro, a pesquisa - feita entre 25 e 29 de janeiro - mostra ainda que 63% dos entrevistados concordam que servidores públicos e funcionários privados devem ter as mesmas regras previdenciárias



(Marcelo Camargo/Agência Brasil)

**PROTEJA
COM QUEM VOCÊ
QUER ESTAR
AMANHÃ**



Prudential

'Eu já fiz minha parte na Previdência', afirma Temer

Os 5 assuntos que vão agitar os mercados nesta sexta-feira

Eike Batista anuncia pelo Twitter: "estou de volta!"

Moreira Franco disse ainda que as pessoas "estão se convencendo, cada vez mais, de que a reforma acabará com os privilégios de quem ganha muito e trabalha pouco, além de garantir investimentos em saúde e educação".

MAIS LIDAS



CRÍTICAS

Lobo de Wall Street diz que Bitcoin pode ir a US\$ 50 mil antes de entrar em colapso

[f](#)
[t](#)
[...](#)



VISÃO TÉCNICA

Ibovespa sinaliza correção até os 82.000 pontos e 5 oportunidades de compra para a próxima semana

[f](#)
[t](#)
[...](#)



PESQUISAS ELEITORAIS

Um dia após sair o Datafolha, TSE nega pedido de Bolsonaro para suspender a pesquisa

[f](#)
[t](#)
[...](#)



NOVO RECURSO

Defesa de Lula recorre ao STF para evitar prisão após segunda instância

[f](#)
[t](#)
[...](#)



DESFECHO PRÓXIMO?

Embraer aceita proposta da Boeing e companhias criaram terceira empresa, diz O Globo; ação dispara

[f](#)
[t](#)
[...](#)

ESPECIAIS INFOMONEY



O dólar afeta sua vida? Veja o que aprender com as quebras da Sadia e da Aracruz



Qual é o melhor investimento para viver de renda? Professor explica



Você investe pelo banco? Baixe esse ebook de renda



Obrigado!

luiz.alb.santos@gmail.com

politicapublica.wordpress.com